

## **O CAMPO DO GÊNERO NA ANPEd. HIPÓTESES EM CONSTRUÇÃO**

Márcia Ondina Vieira **Ferreira** – PPGE/UFPEl

Agência Financiadora: CNPq

### **Resumo**

A trajetória dos estudos de gênero em nosso país é atravessada por disputas com a intenção de alcançar visibilidade, buscando a legitimação dos mesmos no campo científico, sendo que várias autoras referem que esse processo foi levado adiante por meio de núcleos de estudo e pesquisa presentes em diversas instituições, em especial desde os anos 1970. A partir dessa ideia, o trabalho busca verificar como ocorreu a inclusão do gênero no espaço da ANPEd, usando para isso resultados de um estado da arte a respeito. Duas são as questões perseguidas pelo trabalho. A primeira refere-se a como está o processo de constituição do campo do gênero na ANPEd, abordando o período compreendido entre 2000 e 2011: há indícios de legitimação? A segunda questão aborda quais forças sustentam o referido campo: há grupos de pesquisa com atuação frequente e preeminente no espaço da ANPEd, de forma a garantir seu desenvolvimento e a multiplicação de estudos? Para problematizar essa questão o período de tempo analisado será o compreendido entre 2007 e 2011.

**Palavras-chave:** gênero; sexualidades; produção científica; ANPEd; grupos de pesquisa.

## **O CAMPO DO GÊNERO NA ANPEd. HIPÓTESES EM CONSTRUÇÃO**

### **1 Situando o estudo e a discussão**

Qualquer campo, o científico, por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas por transformar esse campo de forças (BOURDIEU, 2003b, p. 76).

O desenvolvimento dos estudos de gênero tem uma história não muito longa, se considerarmos sua incorporação como categoria de análise reconhecida como capaz de colaborar na interpretação de processos de desigualdade ou outros fenômenos sociais. Assim, embora há muito tempo venha se debatendo a posição subordinada das mulheres em diferentes sociedades – origem das discussões sobre gênero -, só a partir dos movimentos gerados ao final dos anos 1960 que elaborações teóricas mais radicais

foram sendo gestadas de forma a inserir o gênero no espaço mais propriamente acadêmico.

No que tange ao Brasil, relatos de uma série de autoras confluem no sentido de demonstrar que os responsáveis por introduzir a discussão no campo das Humanidades foram núcleos de estudos e pesquisas situados em várias instituições, especialmente a partir da década de 1970. Como as mesmas descrevem (SOUZA-LOBO, 1991; COSTA, 1994, 1996; BRUSCHINI; PINTO, 2001; BLAY, 2006; etc.), a luta pela legitimidade acadêmica forçou a visibilidade do gênero em diversos campos de conhecimento, de tal maneira que nos anos 1980 a discussão acadêmica sobre gênero se amplia, mesmo que muitas vezes estivesse situada no plano, apenas, da situação das mulheres. Isso não quer dizer, entretanto, que o gênero tenha encontrado o seu espaço de legitimação. As autoras referem, também, que um processo levado a efeito por grupos hegemônicos nas disciplinas científicas tinha por objeto a “concessão” de nichos específicos aos estudos de gênero, de tal maneira que os parâmetros tradicionais das disciplinas se mantivessem intactos.

Tomemos o exemplo da Sociologia. Souza-Lobo (1991) denuncia as dificuldades da mesma em incorporar o gênero, ao querer criar um ramo específico para as investigações que tomam em consideração esta categoria, deixando incólumes as análises tradicionais sobre trabalho ou movimentos sociais, que continuariam atuando com categorias sexualmente cegas. E Adelman (2004) usa o termo “mecanismos de contenção” para explicar a tendência a criar espaço para o gênero como uma variável meramente descritiva, que não afete os conceitos sociológicos considerados mais importantes.

Não obstante essas dificuldades, podemos reportar, brevemente, uma série de eventos que confluíram para o fortalecimento do campo do gênero em nosso país, sem prejuízo de outros tantos que ocorreram. Costa (1996) indica o seminário “Mulheres na força de trabalho na América Latina” (IUPERJ), origem de um grupo de trabalho criado na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) sobre o tema; e um edital capitaneado pela Fundação Carlos Chagas para bolsas de pesquisa sobre a temática da mulher, ambos em 1978.

Desse período em diante produções e núcleos de estudos se desenvolvem, e outras autoras (BRUSCHINI; PINTO, 2001) recordam, no início dos anos 1990, o seminário “Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectiva”, desde o qual foi

publicado o livro “Uma questão de gênero” (COSTA; BRUSCHINI, 1992). Outro marco importante citado foi o surgimento da Revista Estudos Feministas, em 1992.

Já a revista Cadernos Pagu, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da UNICAMP, foi criada em 1993. Para Costa (2008) o aparecimento desse periódico e da Revista Estudos Feministas foi resultado da demanda por espaço de publicação, frente à vitalidade da produção, resultado do incremento de cursos e núcleos de pesquisa sobre a temática.

Cabe citar, também, o “Seminário Internacional Fazendo Gênero”, cuja gênese remonta a 1994, no “Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher”, ligado à área de Literatura (UFSC). Desde aí o evento bianual e transdisciplinar já contemplou dez encontros (em 2013), ampliando seu escopo às mais variadas áreas e temáticas.

Essas atividades expressam a força do debate alicerçado nos núcleos sobre os assuntos em várias instituições brasileiras, sejam elas universidades, organizações não-governamentais ou instituições de pesquisa. Mas, além disso, denotam formas de organização que revelam a existência subjacente de redes informais sustentadas pela solidariedade e suporte mútuo, e que fazem uso daquilo que Costa (1996) chamou de *estratégia da caminhada na corda bamba*. Ela encontrou, entre 1980 e 1990, vinte núcleos ou grupos de estudos de gênero pela geografia brasileira, e assinala que ao final dos anos 1980 a maior parte das associações de pesquisa do país já contava com grupos especializados em questões de gênero.

A autora desenvolve outros argumentos significativos para quem quer pensar o desenvolvimento da pesquisa na área, no Brasil:

O avanço dos estudos das mulheres no princípio dos anos 1980 foi mais quantitativo que qualitativo; respondendo a urgentes questões ideológicas, os produtos tinham um alto potencial de formadores de opinião, mas um baixo nível de abstração [...].

Nos anos 1990, os estudos de gênero são aparentemente um campo bem estabelecido, mas ainda tem pés de barro; isso inclui extremas disparidades [...]; estudos de gênero são reconhecidos como geradores de pesquisas pioneiras e inovações teóricas e metodológicas, enquanto várias de suas necessidades infra-estruturais básicas estão ainda em condições impróprias e permanecem altamente dependentes de recursos estrangeiros (COSTA, 1996, p. 45-46).

Mas no momento mais recente da produção nacional já encontramos uma série de editais específicos de recursos para pesquisa e premiações voltadas ao tema relações de gênero, que buscam aportar meios para superar minimamente as dificuldades registradas. Além disso, a repercussão do tema tem-se feito presente em outros aspectos, como na produção de documentos pelo INEP (por exemplo, GODINHO *et alii*, 2006; RISTOFF; GIOLO, 2006; RISTOFF *et alii*, 2007; RISTOFF *et alii*, 2008), buscando

examinar e discutir as desigualdades de gênero na educação. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Presidência da República) tem promovido eventos e publicado seus resultados (por exemplo, BRASIL, 2006), bem como o próprio Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (por exemplo, MELO *et alii*, 2006; JUNQUEIRA, 2009).

Igualmente não podemos esquecer o surgimento e/ou fortalecimento de organizações voltadas a fazer avançar as discussões sobre diversidade sexual, certamente uma vertente importante com atuação significativa quanto mais nos aproximamos dos dias recentes. Das articulações desses grupos, organizados ou não sob forma de associações de pesquisa, resultaram parcerias com órgãos governamentais como o importante programa “Brasil sem Homofobia”, dedicado a combater a violência *contra* e a discriminação *da* população LGBT (BRASIL, 2004).

Voltando-nos particularmente ao campo acadêmico da educação, elaborações significativas sobre gênero vêm se expressando por dentro da ANPEd, na condição de organização representativa dos Programas de Pós-Graduação da área. Mas aí também o espaço vem sendo ganho lenta e arduamente, já que em todo campo científico vige uma “hierarquia de objetos legítimos, legitimáveis ou indignos” (BOURDIEU, 1998, p. 35): para ingressar num campo e participar da luta por legitimação de um objeto é preciso ingressar no jogo e “produzir a crença no valor do que está em jogo” (BOURDIEU, 2003a, p. 122).

Neste sentido, este trabalho é parte de um longo esforço para sistematizar a presença do gênero na produção científica selecionada como significativa, em vários campos de investigação temáticos e/ou disciplinares, no âmbito da ANPEd. Ele vai registrar alguns dos resultados de um estudo sobre a trajetória da pesquisa sobre gênero na história da associação. A metodologia do estudo inscreve-se nos marcos dos estados da arte, mapeando a produção e descrevendo-a segundo categorias que vão tomando forma a partir da imersão no conjunto de trabalhos. A seleção dos trabalhos implicou na leitura na íntegra daqueles cujos títulos e resumos expressavam abordagens de questões relativas a gênero e sexualidades. Os trabalhos selecionados, agrupados por reunião/ano, tiveram suas características descritas em quadros, conformando um banco de dados. Uma divisão significativa entre os trabalhos selecionados precisa ser esclarecida: trata-se da separação entre trabalhos que consideramos utilizar o gênero como ferramenta principal de análise (FP), isto é, os que concebem o gênero como categoria

interpretativa; e trabalhos que usam o gênero como ferramenta secundária (FS), meramente descrevendo as populações investigadas ou acrescentando aspectos relativos a gênero sem que esse seja seu objeto principal.

Neste texto em especial serão analisadas duas questões originárias da reflexão promovida pela imersão no banco de dados. A primeira delas refere-se a como está o processo de constituição do campo do gênero na ANPEd, abordando o período compreendido entre 2000 e 2011. O campo do gênero na ANPEd dá indícios de legitimação?

A segunda questão aborda quais forças sustentam o referido campo: há grupos de pesquisa com atuação frequente e preeminente no espaço da ANPEd, de forma a garantir seu desenvolvimento e a multiplicação de estudos? E em quais instituições tais grupos estão localizados? Para problematizar esse aspecto o período de tempo analisado será o compreendido entre 2007 e 2011.

Para efeitos desta análise serão levados em consideração principalmente os trabalhos e pôsteres apresentados nos Grupos de Trabalho (GTs) durante as reuniões anuais examinadas.

## **2 Acompanhando o avanço dos estudos de gênero na ANPEd**

Dentro de um campo científico fortemente autônomo, um produtor particular não pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtos (“reputação”, “prestígio”, “autoridade”, “competência”), senão de outros produtores, os quais, sendo também seus competidores, são os menos proclives a dar-lhe a razão sem discussão nem exame (BOURDIEU, 2003b, p. 18).

Em nosso estudo original conseguimos plenamente quantificar a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd só a partir de 2000, pois somente desde a 23ª Reunião a totalidade dos textos apresentados no evento anual passou a estar disponível *online*. Contudo, anteriormente a esta data buscamos verificar o maior número possível de fontes<sup>1</sup> para, ao menos, termos uma ideia relativa à presença do gênero. Desta forma, de maneira rápida seguem nossos principais resultados.

Foi possível perceber que, entre os anos 1990 e 1999, o GT 2 (História da Educação) expressava fortemente a presença de estudos de gênero – compreendidos, aqui, de maneira ampla -, seguido pelos GT 6 (Educação Popular), 3 (Movimentos Sociais e Educação) e 12 (Currículo). De fato, essa hegemonia do GT 2 foi-nos confirmada pela pesquisadora Guacira Lopes Louro, fato compreensível tendo em vista

---

<sup>1</sup> Boletins e CD-ROM “25 anos da ANPEd”.

objetos abordados no GT, até hoje: a constituição da docência como trabalho feminino, a produção escolar da feminilidade e da masculinidade; e a história de educadoras.

Para os anos seguintes, em primeiro lugar indicaremos valores totais da produção (todas as modalidades de trabalhos – GTs e outras atividades), incluindo tanto os textos em que o gênero foi FP quanto aqueles em que foi FS. Entre 2000 e 2003 – anteriormente, pois, à criação do GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) – alcançamos a porcentagem de 4,1%. Entre 2004 e 2006 esse valor já corresponde a 6,1%. E entre 2007 e 2011 temos uma proporção de 8,5% de trabalhos sobre gênero e sexualidades apresentados nas reuniões. Embora o universo não seja o mesmo de período a período, é evidente o aumento da produção, e para especificar a magnitude de nossa coleta de dados basta dizer que o número total de trabalhos presentes na página WEB da ANPEd nestes 12 anos corresponde a 5515.

Mas, em segundo lugar, para mais bem apreender se o gênero realmente vem ampliando seu espaço é preciso divisar as características da produção. Centremo-nos, então, apenas nos trabalhos e pôsteres considerados FP – um total de 237 textos, correspondente a 4,9% do que foi apresentado nos GTs. O primeiro comentário confirma que a pesquisa sobre nosso assunto é realizada preponderantemente por mulheres (ROSEMBERG, 2001; MATOS; MARQUES, 2010): 80,2% de autoras; 13,9% de autores e 5,9% de coautorias homem/mulher. Ainda assim, o número de homens vem crescendo, em especial a partir de 2004, pois desde aí dos 45 textos apresentados por homens ou por parceria mulher/homem, 30 o foram no GT 23. Homens, em sua ampla maioria, têm se dedicado a investigar questões relativas a sexualidades.

As instituições responsáveis pela produção situam-se terminantemente nas regiões sudeste e sul, tal como indicado em estudos com outros *corpora* documentais (ROSEMBERG, 2001; MATOS; MARQUES, 2010; VIANNA *et alii*, 2011) ou em estudo voltado ao próprio GT 23 (RIBEIRO; XAVIER FILHA, 2013): 124 textos produzidos na região sudeste, 76 na região sul, 16 no Centro-oeste, 15 no Nordeste e apenas 4 provenientes da região norte (mais um trabalho oriundo de Portugal e outro onde não consta a instituição da autora). Além disso, as maiores responsáveis pela produção são as instituições públicas de ensino superior, com 175 trabalhos, dos quais 113 da rede federal, 61 das redes estaduais e um de uma rede municipal. 54 trabalhos são oriundos de instituições privadas e oito foram feitos por pessoas não vinculadas ao ensino superior.

Trata-se, agora, de revelar quais são as instituições com maior número de trabalhos aceitos, sem mencionar as que apenas contam com um trabalho. Na região sudeste a UERJ desponta com 21 trabalhos; UFMG e USP com 12; UNESP, 11; UFJF, sete; UNICAMP e UFU contam com seis. A PUC/Rio conta com quatro trabalhos. PUC/MG, UFF, UFLA, UFRJ, UFSCar e UNIRIO computam três estudos cada uma. UNA, CUML, UFV, UI e UNIVALE apresentaram dois textos cada uma.

Na região sul, UFRGS, com 25 textos; UNISINOS, com oito; UFPR e UFSC com seis; ULBRA com cinco; e UNIJUÍ com quatro. FEEVALE e UFPel apresentam três trabalhos cada uma; e UDESC, UEM, UNISUL e UTFPR, dois textos cada uma.

No Centro-oeste, UFMT traz cinco textos; UFMS, quatro; e UnB contou com três. Na lista com dois trabalhos destaca-se a UFG. Enquanto isso, do Nordeste UFPB enviou quatro trabalhos e UNEB, três. UFPE e UFRN apresentaram dois trabalhos. Finalmente, do Norte dois estudos foram apresentados por UEPA.

Essas informações não revelam nada mais do que a própria distribuição desigual da pesquisa em nosso país. A produção sobre gênero está radicada com mais força em instituições mais bem situadas no ranking das universidades brasileiras, que vêm recebendo maior aporte de financiamento em pesquisa e cujos programas de pós-graduação têm sido mais bem avaliados.

Em relação ao financiamento - indício do reconhecimento de quem pesquisa e de suas instituições -, 103 desses trabalhos foram financiados, equivalendo a 43,4% da produção. Dos 132 trabalhos do GT 23, 59 (44,7%) foram desenvolvidos com auxílio de algum órgão de apoio à pesquisa ou à pós-graduação. Tais números são significativos e podem expressar uma ampliação do número de pesquisas sobre gênero que obtém financiamento, hipótese que foge às condições de comprovação no âmbito deste trabalho. De todas as formas, parece-nos que estudiosas/os do gênero vêm participando ativamente das disputas no campo científico, de forma a tornar legítimo seu objeto de estudo.

Contudo, outras características da produção são mais importantes para demonstrar que tipo de avanços vem ocorrendo na associação, o que pode ser percebido pela análise da Tabela anexa. Inicialmente, três GTs nunca tiveram, entre 2000 e 2011, algum estudo que utilizasse o gênero como categoria de análise: os GTs 11 (Política da Educação Superior), 15 (Educação Especial) e 17 (Filosofia da Educação).

Em segundo lugar, todos os demais grupos ao menos contam com um trabalho no período, sendo que há quatro deles com 10 ou mais trabalhos: os GTs 2 (16

trabalhos); 7 (Educação da Criança de 0 a 6 Anos), com 14 trabalhos; e com 10 trabalhos os GTs 3 e 14 (Sociologia da Educação). Em seguida, o GT 23 alcança 132 trabalhos porque todos seus estudos são enquadrados, por nós, na categoria FP.

Mas, finalmente, uma leitura horizontal da tabela dá informações mais significativas para a comparação da produção do GT 23 em relação à dos demais GTs. Tomando-se primeiramente os GTs 2, 3, 7 e 14 podemos ver que, excetuando o GT 3, os outros apresentam regularidade em sua produção, pois são raros os anos onde o dígito é zero. Parece que há receptividade à temática nos grupos citados, e/ou há pesquisadoras/es do gênero que mantêm seu vínculo com os mesmos no transcorrer do tempo.

Além disso, antes de 2004 (ano criação do GT 23) a hegemonia da produção recaía sobre os GTs 2 e 7. E ano a ano, é bem razoável a soma de todos os textos dos grupos reunidos, em comparação com os do GT 23. Isso é mais claro em 2010, quando esse contou com número de textos idêntico (17) aos dos demais grupos reunidos.

Portanto, queremos destacar que, embora seja evidente o espaço aberto pela criação do GT 23, não parece haver uma atração ao grupo de parte de associadas/os que já pesquisavam sobre gênero. Ou seja, percebe-se a manutenção da regularidade da produção nos outros GTs que já vinham dando lugar ao gênero, o que pode indicar a permanência de pessoas que pesquisam gênero em seus próprios GTs, sem migrar ao GT 23. Este, sim, passou a abrigar uma demanda represada.

Em suma, o avanço dos estudos de gênero é significativo na ANPED, pois além do relatado existe também uma inserção maior do tema em atividades gerais dos eventos (sessões especiais, sessões conversa), ampliando, de fato, a visibilidade. Mas, por outra parte, há lugares onde o gênero simplesmente “não existe”, não importa, não interessa. Documentos do GT 23<sup>2</sup> descrevem um processo de inegável ganho de espaço e aceitação da relevância da existência de um GT para abrigar os estudos de gênero; contudo, em nossa opinião isso não é idêntico à legitimação do gênero como categoria de análise útil em todos os campos da área de educação.

### **3 Discutindo a influência dos Grupos de Pesquisa para o avanço do campo do gênero e educação**

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, a “Proposição de passagem do GE 23 a GT”, disponível em: <http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho-comite-cientifico/grupos-de-trabalho/grupos-de-trabalho/gt23>.

Nem no campo científico nem no campo das relações de classe existe instância alguma que legitime as instâncias de legitimidade; as reivindicações de legitimidade obtêm sua legitimidade da força relativa dos grupos cujos interesses expressam (BOURDIEU, 2003b, p. 22).

Uma mirada panorâmica nas informações coletadas – que condizem com indagações de outras autoras (VIANNA *et alii*, 2011) -, permite relatar uma grande dispersão na produção encontrada entre 2000 e 2011. Por dispersão queremos dizer que objetos e áreas de conhecimento de origem dos estudos são muito variados, sendo difícil perceber, à simples vista, acúmulo de conhecimentos e posterior investimento em temas novos. Nesse sentido, pensamos que uma forma de captar articulação entre estudos seria observar a produção trazida por grupos de pesquisa.

Não obstante, para assegurar-nos, com maior precisão, do impacto dos grupos de pesquisas - enquanto fonte da produção qualificada e garantia da multiplicação da discussão e intervenção nas políticas educacionais sobre gênero e diversidade sexual - seria preciso verificar grupos e orientadoras/es de trabalhos de pós-graduação. Ou seja, seria preciso ver a articulação entre estudos de orientadoras/es e orientandas/os e ementas de linhas de pesquisa de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa.

Aqui apresentamos uma análise preliminar dessas articulações, em parte devido às dificuldades metodológicas para a coleta de dados, pois a ANPEd não solicita a discriminação do tipo de estudo de origem (dissertação, tese ou pesquisa de outra natureza) nem se o trabalho contou com orientação, detalhe interessante para nós, pois não necessariamente um trabalho sobre gênero foi orientado por alguém que também pesquisa o tema. Rastrear orientadoras/es implicaria num exercício não passível de ser realizado neste momento, de forma que nos reduzimos, a partir do *curriculum* Lattes, a levantar a titulação das e dos autores à época em que o texto foi apresentado na ANPEd, para saber se cursavam a pós-graduação *stricto sensu*. Por outra parte, para examinarmos o pertencimento a grupos de pesquisa somente poderíamos ser precisas no caso da vinculação atual, pois não havia histórico de pertencimento a grupos dos quais as pessoas não mais participam<sup>3</sup>. Ademais, o pertencimento varia: algumas pessoas estavam ligadas a grupos à época de sua titulação aos quais hoje não mais pertencem; há pessoas que se transferiram de instituição e constituíram outros grupos, etc.

Desta forma, para essa apreciação criamos alguns cenários: em primeiro lugar, visamos os trabalhos FP apresentados nos GTs que indicaram financiamento entre 2007

---

<sup>3</sup> Informações coletadas anteriormente à nova versão do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, lançada em 23.04.2014 (conforme: [http://www.cnpq.br/web/guest/noticias\\_views/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/1851256](http://www.cnpq.br/web/guest/noticias_views/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1851256). Acesso em 30 jun. 2014).

e 2010 - pois em 2011 essa informação não consta dos textos registrados na página WEB -, e verificamos o pertencimento atual do/a primeiro/a autor/a a grupo vinculado ao Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Como é possível manter-se vinculado a vários grupos, utilizamos critérios alternados: indicar o grupo em que a pessoa fosse líder; indicar o grupo cuja ementa sugerisse abordagem mais aproximada aos estudos de gênero e sexualidades; indicar o grupo certificado pela instituição de vinculação do/a autor/a; enfim, uma complexa seleção de grupos-referência.

Então, fixando-nos em todos os GTs, menos o 23, percebemos que apenas quatro grupos de pesquisa, num total de 30 textos, apresentam mais que um texto nas reuniões 30<sup>a</sup> a 33<sup>a</sup>. São eles: Formação em Diálogo: Narrativas de Professoras, Currículos e Culturas, da UERJ (31<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup> Reunião), ambos os trabalhos no GT 4 (Didática); INOVAR, da UFMG (31<sup>a</sup> e 32<sup>a</sup> Reunião), ambos os trabalhos no GT 14 (Sociologia da Educação); Trabalho, Educação e Conhecimento, da UNISINOS (32<sup>a</sup> e 33<sup>a</sup> Reunião), ambos os trabalhos no GT 6 (Educação Popular); e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículos e Culturas – GECC, da UFMG (dois trabalhos na 33<sup>a</sup> Reunião no GT 12). Observe-se que tais grupos estão situados em instituições do Sudeste e do Sul; e que dentre os GTs citados somente o GT 4 não se encontra entre aqueles que expressam maior produção sobre gênero.

Outro detalhe corresponde a bolsas de produtividade<sup>4</sup> de pessoas (primeiro/a autor/a) que apresentaram estudos financiados em 2007/2010. Localizamos somente cinco pessoas, três<sup>5</sup> com trabalhos em 2007 e duas<sup>6</sup> com trabalhos em 2010. Os grupos foram, respectivamente às Reuniões citadas: GT 5 (Estado e Política Educacional) e GT 14 (dois trabalhos); e GTs 19 (Educação Matemática) e 22 (Educação Ambiental). Como se vê, os campos de conhecimento onde os estudos foram submetidos são bem variados, diferindo, inclusive, da configuração indicada no caso de grupos com maior índice de produção. Ou seja, não há correlação entre grupos de pesquisa, bolsistas de produtividade e publicações constantes sobre gênero em GTs específicos, excetuando-se o caso de Marília Pinto de Carvalho.

Contudo, se nos detivermos exclusivamente no GT 23, a situação altera-se bastante, pois ali há a hegemonia de alguns grupos de pesquisas, presentes repetidamente em várias reuniões. Neste caso, somente duas autoras com trabalho

---

<sup>4</sup> Informação coletada em maio de 2014.

<sup>5</sup> Ângelo R. Souza; Marília Pinto de Carvalho; Alceu Ravanello Ferraro.

<sup>6</sup> Gelsa Knijnik; Isabel Cristina de Moura Carvalho.

financiado nas reuniões em questão possuem bolsa de produtividade, e aqui estamos falando de um montante de 37 trabalhos<sup>7</sup>. Fixando-nos nas titulações percebemos que a maior parte dos participantes estava na condição de estudantes (14 docentes *versus* 23 pessoas em formação), o que muito provavelmente significa que o financiamento se refira a bolsas de pós-graduação.

Esses 37 trabalhos foram enviados por pessoas ligadas a 19 grupos, com seis trabalhos de pessoas que não constam no Diretório de Grupos de Pesquisas. O grupo que mais aparece é o GEERGE (UFRGS) - com pesquisadoras já formadas e outras/os em formação - mas ainda assim, em termos de número de grupos, a região sudeste supera as demais.

Em segundo lugar, se tomarmos, agora, as reuniões entre 2007 e 2011, encontramos outros elementos importantes. Alguns dos grupos que estiveram à frente da criação do GT 23, em 2004, vêm se constituindo nos alicerces de sustentação do mesmo, em termos de coordenação e de representação no Comitê Científico da ANPED. Assim, GEERGE, GEPSEX (UFMS), e Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: A Problemática da Formação Docente (UFLA) vem se alternando na coordenação e vice-coordenação do GT. Tais grupos, somados a Educação, Diversidade e Inclusão (UFPB), LABIN - Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (UFPR) e NUDISEX – Núcleo de Pesquisa e Estudo em Diversidade Sexual (UEM), têm ocupado a função de representação do GT no Comitê Científico.

Em terceiro lugar, se tomarmos por referência o total de 77 trabalhos e pôsteres publicados nas cinco reuniões examinadas, encontramos pessoas que têm estudos em várias reuniões: uma pessoa publicou seus estudos em quatro reuniões, cinco pessoas publicaram em três reuniões, enquanto nove pessoas têm dois textos publicados no conjunto de cinco reuniões; juntos, tais trabalhos alcançam quase a porcentagem de 50%. Desta forma, no período analisado existe pouca rotatividade de pessoas<sup>8</sup>.

Por fim, é preciso tecer outros comentários. Tornou-se evidente que são grupos de pesquisa, e não apenas indivíduos, que têm dado sustentação à maioria dos estudos

---

<sup>7</sup> Outros/as três bolsistas de produtividade apresentaram trabalhos, mas não indicaram financiamento: Anderson Ferrari (30ª Reunião); Maria Rita de Assis César (31ª Reunião); Edvaldo Souza Couto (33ª Reunião).

<sup>8</sup> De um ponto de vista qualitativo aqui caberia verificar as diferenças e semelhanças entre trabalhos apresentados pelas mesmas pessoas.

sobre gênero e sexualidades expressos na ANPEd. Isso é mais claro no que se refere ao GT 23, ao ser ele a canalizar a maior parte da produção a respeito.

Igualmente observa-se que a maioria dos grupos é originária da área de Educação, embora haja outros provenientes da Antropologia, Psicologia e Educação Física, indicando a interdisciplinaridade característica dos estudos de gênero.

Parece, também, que o Diretório de Grupos de Pesquisa veio a impulsionar a formação e consolidação de grupos em nosso país, tendo em conta que a maioria dos grupos indicados foi criada não somente após o lançamento do referido Diretório (1992), como também há grupos com tempo de fundação muito variado, dependentes, provavelmente, do processo de formação de quadros docentes com atuação nas instituições de ensino superior. Dentre os grupos com trabalhos financiados entre 2007 e 2010 encontramos apenas quatro grupos formados na década de 1990. O mais antigo é o GEERGE (1990), seguido pelo FOCUS – UNICAMP (1994), pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – UFV (1996) e pelo grupo Processo de Trabalho Docente – UFPel (1999). Os demais 15 grupos foram criados posteriormente ao ano 2000, sendo quatro deles do ano de 2010 em diante. Por outra parte, em relação à data de fundação do GT 23 (2004), encontramos 11 grupos criados em anos posteriores, alguns deles com forte presença dentro do GT (como é o exemplo do Grupo de Estudo em Gênero, Sexualidade e Sexo em Educação – GSS - UFMG).

Ainda ficou evidente que algumas pessoas que estavam em formação em nível de pós-graduação migraram ou instituíram novos grupos, realimentando a produção sobre gênero e colaborando na ampliação de grupos de pesquisa em nosso país. Só para ter-se uma ideia, os grupos Juventude, Educação e Sociabilidades - UEPA; e Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação – UFU foram institucionalizados em 2013, dois anos após, portanto, que as autoras a eles vinculadas apresentassem seus trabalhos na 33ª Reunião da ANPEd.

Finalmente, cabe observar que a última versão do Diretório de Grupos de Pesquisa permitirá um acompanhamento futuro mais pormenorizado de alguns dos movimentos sublinhados; por exemplo, uma funcionalidade agora existente refere-se a registro para egressos, o que possibilita acompanhar melhor a formação de recursos humanos para a pesquisa.

#### **4 Considerações finais: estão os estudos de gênero legitimados na ANPEd?**

O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (do qual sabemos que sempre se apóia em atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) outorgado pelo conjunto dos pares-competidores dentro do campo científico (BOURDIEU, 2003b, p. 79).

Embora apresentem relações entre si, as duas questões abordadas neste texto poderiam ser discutidas de forma independente. Deste ponto de vista, com a primeira questão quisemos problematizar nossas próprias convicções anteriores, ao perceber que, mesmo considerando os imensos avanços dos estudos de gênero na ANPEd – e que expressam, em alguma medida, como está a discussão em nível da pós-graduação e como se encontra a pesquisa a respeito -, parece que seu crescimento deve-se mais a criação de um nicho, como indicado nas referências apresentadas no início deste trabalho, do que a uma real aceitação de relevância analítica da categoria na instituição como um todo. Em síntese, em toda a história da ANPEd há áreas nas quais o gênero simplesmente não ingressa.

É possível dizer, então, que os estudos de gênero estão legitimados no espaço da ANPEd? Essa é uma provocação trazida ao debate, mas as pistas de nossa conclusão transparecem nas palavras do autor que vem sendo utilizado em nossas epígrafes:

Um problema filosófico (ou científico, etc.) legítimo é aquele que os filósofos (ou os científicos) reconhecem [...] como tal – porque se inscreve na lógica da história do campo e em suas disposições historicamente constituídas para e pelo pertencimento ao campo – e que, pelo fato mesmo da autoridade específica que se lhe reconhece, tem grandes possibilidades de ser amplamente reconhecido como legítimo (BOURDIEU, 2003a, p. 123-124).

O outro lado dessa discussão – ganho de espaço, aceitação da relevância, **legitimação** - radica naqueles e naquelas que têm pleiteado a inclusão do tema como problema relevante e **legítimo**, ou seja, pesquisadoras e pesquisadores que, como tentamos demonstrar, vêm utilizando o artifício (**legítimo**, isto é, segundo a força dos grupos, dentro das regras do campo) de aprofundar o conhecimento do tema por meio de grupos de pesquisa reconhecidos pelas instituições organizadoras da produção científica no país. Os grupos de pesquisa são inegavelmente os propulsores da produção e da luta por legitimação, especialmente dentro do GT 23, onde há um investimento constante dos mesmos. Não é isso que ocorre nos demais GTs da ANPEd, nos quais pouco se encontra em termos de produções de pessoas diferentes ligadas a mesmos grupos de pesquisa. Ou seja, ao investir em apresentações no GT 23, os grupos de pesquisa fornecem a seus membros o aval de seu capital científico – situação, aliás, que por si só já se constitui em outro interessante objeto de análise.

Por fim, um comentário de natureza qualitativa. Em termos de conteúdo dos estudos, o GT 23 parece ser hegemonizado pela perspectiva pós-estruturalista, especialmente num aspecto que, em nossa opinião, expressa avanços nas análises de gênero: a concorrência de perspectivas diferenciadas sobre gênero e diversidades sexuais. Essa ligação é uma potente característica do GT, sendo que nos demais GTs muito pouco se encontra sobre diversidades sexuais entre 2007 e 2011, predominando trabalhos – da mesma forma, relevantes – sobre a condição das mulheres; sobre a feminização da docência; sobre as relações de gênero no ambiente escolar, no currículo e nos processos de avaliação, etc.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Um lugar ao sol? A teoria feminista e seu lugar no campo das ciências sociais. In: LAGO, Mara C. de S. *et alii* (orgs.). *Interdisciplinaridade em diálogos de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004. p. 165-175.

BLAY, Eva. Núcleos de Estudos da Mulher X Academia. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensando gênero e ciência*; Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 63-71.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Buenos Aires: Quadrata, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003b.

\_\_\_\_\_. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Pierre Bourdieu; escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 33-38.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pensando gênero e ciência*; Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas – 2005, 2006. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Céli R. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (orgs.) *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2001. p. 7-13.

COSTA, Albertina de O. O campo de estudos da mulher no Brasil – período de formação. In: BRANDÃO, Margarida Luiza R.; BINGEMER, Maria Clara L. (orgs.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 161-169.

\_\_\_\_\_. O campo de estudos de gênero e suas duas revistas: uma pauta de pesquisa. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 131-132, jan./abr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100014). Acesso em: 06 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Women's studies in Brazil; or the tightrope-walking strategy. In: BARRETO, Elba; ZIBAS, Dagmar (orgs.). *Brazilian issues on education, gender and race*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. p. 36-47.

\_\_\_\_\_; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

GODINHO, Tatau et alii (orgs.). *Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996-2003*. Brasília: INEP, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

MATOS, Marlise; MARQUES, Danusa. *Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos?* In: BRASIL. Observatório Brasil de Igualdade de Gênero. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/caminhos-das-discussoes-academicas-sobre-o-tema-de-genero-mulheres-e-politica-em-que-momentos-estamos>. Acesso em: 06 mar. 2015.

MELO, Hildete P. de et alii (orgs.). *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006.

RIBEIRO, Cláudia M.; XAVIER FILHA, Constantina. Trajetórias teórico-metodológicas em 10 anos de produção do GT 23. In: REUNIÃO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 36., 2013, Goiânia. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPEd, 2013. p. 1-21. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_encomendados/gt23\\_trabencomendado\\_claudiaribeiro.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt23_trabencomendado_claudiaribeiro.pdf). Acesso em: 06 mar. 2015.

RISTOFF, Dilvo et alii (orgs.). *A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005*. Brasília: INEP, 2007.

\_\_\_\_\_ *et alii*. *Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira*. Brasília: INEP, 2008. p. 31-62.

\_\_\_\_\_; GIOLO, Jaime (orgs.). *Trajatória da mulher na educação superior brasileira: 1991-2004*. Brasília: INEP, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 47-68, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v27n1/a04v27n1.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos; trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VIANNA, Cláudia *et alii*. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 525-545, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a16.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2015.

Número total de trabalhos *versus* número de trabalhos sobre gênero e sexualidades (G/S) por GT  
23ª à 34ª Reunião da ANPEd (2000-2011) (somente uso do gênero como ferramenta primária)\*

GT <sup>1;2</sup>	TOTAL TRABALHOS 2000/2011	REUNIÕES ANUAIS/TRABALHOS G/S												TOTAL TRABALHOS G/S POR GT
		2000 (23ª)	2001 (24ª)	2002 (25ª)	2003 (26ª)	2004 (27ª)	2005 (28ª)	2006 (29ª)	2007 (30ª)	2008 (31ª)	2009 (32ª)	2010 (33ª)	2011 (34ª)	
2	233	1	3	1	1	1	2	0	2	0	3	0	2	16 (6,9%)
3	179	2	0	0	0	2	2	1	0	0	0	2	1	10 (5,6%)
4	210	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	3 (1,4%)
5	271	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1 (0,4%)
6	213	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	1	7 (3,3%)
7	242	1	2	2	0	0	2	3	1	0	1	0	2	14 (5,8%)
8	359	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1	6 (1,7%)
9	219	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	3 (1,4%)
10	216	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1 (0,5%)
11	206	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
12	278	0	0	0	2	0	0	0	1	0	1	3	1	8 (2,9%)
13	241	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 (0,4%)
14	169	1	0	0	1	1	1	0	2	1	1	1	1	10 (5,9%)
15	217	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
16	274	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	5 (1,8%)
17	178	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
18	220	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	2	1	6 (2,7%)
19	215	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	3 (1,4%)
20	194	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2 (1%)
21	177	X	X	2	1	1	0	1	1	0	0	0	1	7 (4%)
22	139	X	X	X	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1 (0,7%)
23	132	X	X	X	X	18	21	16	17	14	14	17	15	132 (100%)
24 <sup>3</sup>	99	X	X	X	X	X	X	X	0	0	0	1	0	1 (1%)
<b>TOTAL</b>	<b>4881</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>25</b>	<b>31</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>18</b>	<b>26</b>	<b>34</b>	<b>28</b>	<b>237 (4,9%)</b>

\* Inclui trabalhos completos e pôsteres.

<sup>1</sup> Nomes dos GTs: GT 2 - História da Educação; GT 3 - Movimentos Sociais e Educação; GT 4 - Didática; GT 5 - Estado e Política Educacional; GT 6 - Educação Popular; GT 7 - Educação da Criança de 0 a 6 anos; GT 8 - Formação de Professores; GT 9 - Trabalho e Educação; GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita; GT 11 - Política de Educação Superior; GT 12 – Currículo; GT 13 - Educação Fundamental; GT 14 - Sociologia da Educação; GT 15 - Educação Especial; GT 16 - Educação e Comunicação; GT 17 - Filosofia da Educação; GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas; GT 19 - Educação Matemática; GT 20 - Psicologia da Educação; GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais; GT 22 - Educação Ambiental; GT 23 – Gênero, Sexualidade e Educação; GT 24 - Educação e Arte.

<sup>2</sup> A letra “X” aponta a inexistência do grupo nos anos indicados.

<sup>3</sup> Na 30ª e 31ª Reunião o atual GT 24 intitulava-se, simplesmente, GE (Grupo de Estudos).

Fonte: elaboração própria a partir de dados coletados na página da ANPEd ([www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)).